

Brasil paga juros de 88 antes do acordo

Brasília — Protásio Nêne

BRASÍLIA — O Brasil poderá ficar em dia com os juros de 88 antes mesmo da conclusão do acordo definitivo, desde que as negociações apontem para a liberação de dinheiro novo pelos bancos credores. A revelação foi feita ontem pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, durante a reunião a portas fechadas com os membros da Comissão da Dívida Externa do Senado, contrariando a posição inicial do governo de somente pagar os juros devidos este ano, depois de receber novos recursos dos bancos credores.

Na exposição de uma hora, o ministro explicou aos senadores, segundo o senador Carlos Chiarelli, presidente da Comissão, que o Brasil não tem condições de pagar integralmente os juros devidos em 88, US\$ 6 bilhões — sem receber dinheiro novo dos bancos, mas conseguiria pagar até 50% do valor acertado a ser pago mensalmente, “desde que houvesse perspectivas concretas de negociação”.

O fato de o Brasil não ter iniciado o pagamento dos juros devidos em 88 tem dificultado as negociações da missão brasileira em Nova York, chefiada pelo presidente do Banco Central, Fernando Milliet. Mailson fez outra revelação aos senadores, que há um mês sequer admitiam ouvir falar em acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI): o Brasil não apenas irá ao Fundo, como fará acordo simultâneo com a instituição e os bancos credores, ao contrário da intenção inicial do governo de negociar com o Fundo somente após ter fechado o acordo com os credores.

Reação — “É imprescindível para o país a assinatura de um acordo formal com o FMI” — afirmou o ministro, o que gerou reação imediata dos senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Itamar Franco (PMDB-MG) e Jamil Hadad (PSB-RJ), que se manifestaram contra a decisão, apesar de o ministro ter garantido que um acordo com o Fundo ficaria desvinculado dos desembolsos dos bancos privados.

Mailson tentou apresentar aos senadores nova imagem do Fundo Monetário Internacional (FMI), preocupado agora em assegurar o crescimento dos países devedores, não impondo políticas tão ortodoxas como no passado, informou o senador Carlos Chiarelli, ainda cético quanto a estas mudanças do FMI. A informação de Mailson é de que o acordo com o FMI possibilitará a liberação de fluxo maior de recursos para o Brasil.

O ministro, apesar das duas informações que desagradaram aos senadores, fez uma revelação tranquilizadora: está afastado o risco da desclassificação dos créditos brasileiros junto aos bancos americanos, desde que o Brasil depositou, na terça-feira, a última parcela dos juros devidos no último trimestre do ano passado. O prazo para o fechamento do acordo fixado no dia 29 de janeiro, segundo Chiarelli, também poderá ser alterado, sem que isto implique, no entanto, a reclassificação dos créditos brasileiros.

A revisão dos dados sobre a economia brasileira — déficit público, crescimento econômico, balança comercial, entre outros — é um fator que poderá atrasar o fechamento do acordo. Segundo Mailson, os dados do déficit público para 88, previsto em 2% do PIB, estão sendo revistos, principalmente em função do aumento da folha salarial do governo, que, por causa dos reajustes, vem crescendo em torno de CZ\$ 24 bilhões por mês.

Os senadores apresentaram ao ministro a preocupação com o encaminhamento das negociações da dívida. Segundo o senador Carlos Chiarelli, ou o Congresso é consultado antes do fechamento do acordo e chamado a opinar, ou o governo assume sozinho a responsabilidade pela condução da negociação da dívida, e libera o Congresso para fazer as críticas cabíveis.



Mailson: “Acordo com FMI e bancos credores será simultâneo”